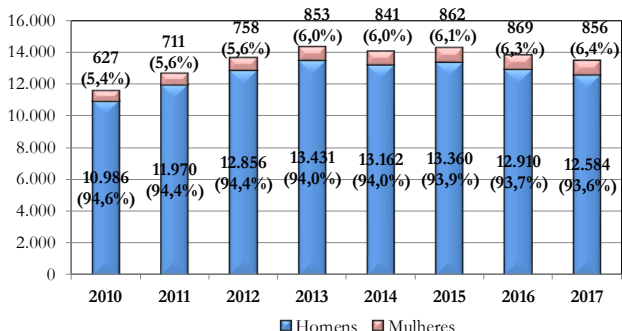


Estatísticas sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e jovens internados em centros educativos (2010-2017)

O presente documento pretende retratar a evolução de alguns indicadores sobre reclusos nos estabelecimentos prisionais e sobre jovens internados em centros educativos, entre os anos de 2010 e 2017.

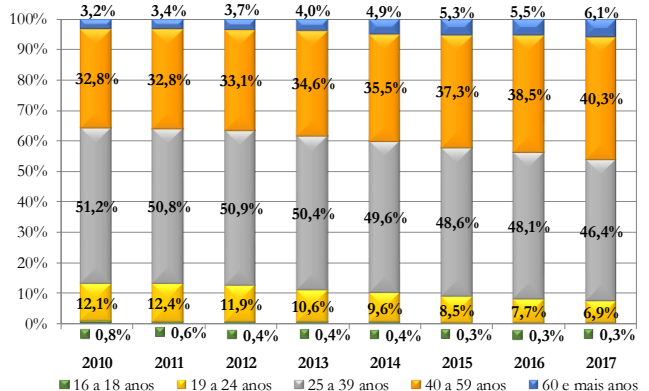
Figura 1 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo o sexo



Caracterização dos reclusos nos estabelecimentos prisionais¹

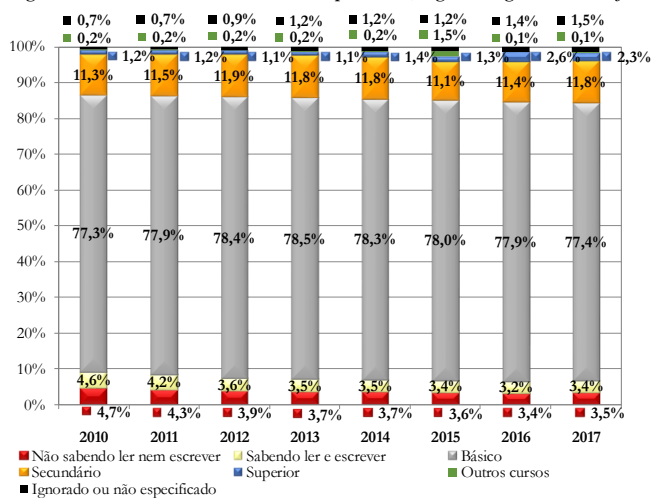
A observação da **figura 1** permite verificar que entre os anos de 2010 e 2017 se registou um aumento de cerca de 15,7% no **número total de reclusos** em estabelecimentos prisionais (passando de 11.613 em 2010 para 13.440 em 2017). Contudo, esse aumento não é uniforme, tendo sido verificado um aumento de 36,5% no número de reclusos do sexo feminino e de 14,5% no número de reclusos do sexo masculino.

Figura 2 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo o escalão etário



A **figura 2** ilustra o peso dos vários **escalões etários** dos reclusos nos estabelecimentos prisionais. A tendência verificada é de um ligeiro aumento nos escalões etários a partir dos 40 anos e de uma diminuição nos restantes escalões etários dos reclusos, com a categoria mais representativa a ser a dos indivíduos entre os 25 e os 39 anos. Esta categoria apresenta uma ligeira diminuição no seu peso, entre 2010 e 2017, passando de 51,2% para 46,4% do total. A segunda categoria mais representativa na estrutura etária é a dos indivíduos entre os 40 e os 59 anos que, no mesmo período, passou de 32,8% para 40,3% do total.

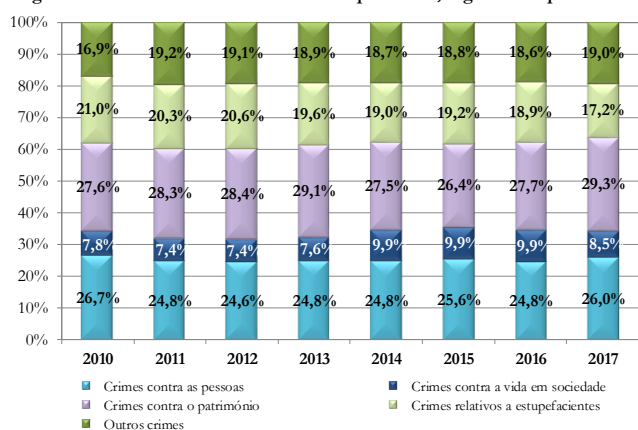
Figura 3 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo o grau de instrução



Relativamente à distribuição dos pesos do **grau de instrução** (**figura 3**) verifica-se uma tendência de

estabilidade, sendo a categoria mais representativa a correspondente ao ensino básico, com mais de 77% do peso total, em qualquer um dos anos. Entre 2010 e 2017 verificou-se uma ligeira redução do peso das categorias correspondentes a graus de instrução inferiores ao do ensino básico, que em conjunto representavam em 2010, 9,3% do total e que em 2017 passaram a representar 6,9%. Esta redução é compensada, em parte, pelo aumento verificado na categoria correspondente ao ensino superior, que em 2010 representava 1,2% e em 2017 passou a representar 2,3%.

Figura 4 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais, segundo o tipo de crime



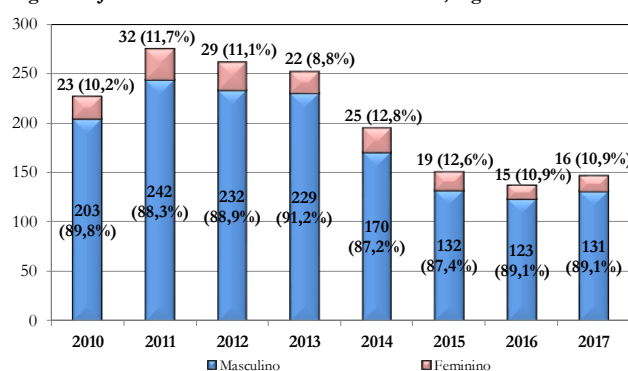
Por seu turno, a observação da distribuição dos reclusos em estabelecimentos prisionais, por *tipo de crime*² (figura 4) aponta também no sentido de uma população prisional com características relativamente estáveis ao longo do período considerado. A destacar em 2017, face a 2010, uma redução do peso em 3,8 pontos percentuais do número de reclusos que cometeram crimes relativos a estupefacientes e de 0,7 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram crimes contra as pessoas. Estas reduções são compensadas por um

aumento de 0,7 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram crimes contra a vida em sociedade, de 1,6 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram crimes contra o património e de 2,1 pontos percentuais no número de reclusos que cometeram “outros crimes”. Deve, no entanto, ter-se em atenção que às diminuições, em termos relativos, anteriormente mencionadas, corresponde um aumento, em termos absolutos, do número de reclusos nos estabelecimentos prisionais, entre 2010 e 2017.

Caracterização dos menores em centros educativos

Colocando o foco no *número total de jovens internados em centros educativos* (figura 5) verifica-se que entre os anos de 2010 e 2017 se registou uma diminuição deste valor em cerca de 35,0% (passando de 226 em 2010 para 147 em 2017). Esta diminuição é devida a uma redução de 35,5% no número de jovens internados do sexo masculino e a uma redução de 30,4% no número de jovens internados do sexo feminino.

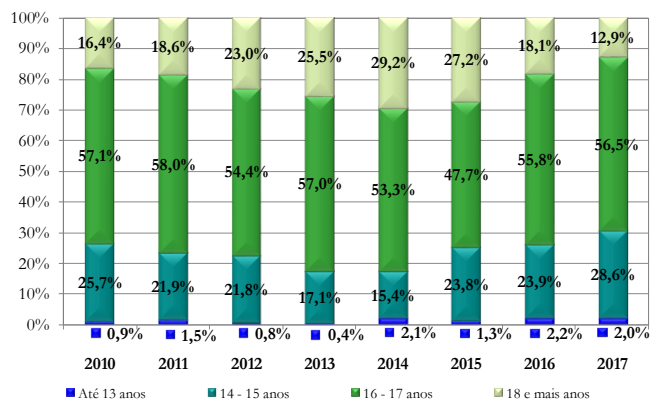
Figura 5 - Jovens internados em centros educativos, segundo o sexo



Tendo agora em conta os *escalões etários* dos jovens internados em centros educativos (figura 6),

observa-se uma tendência de aumento do peso dos escalões etários correspondentes a idades iguais ou inferiores a 17 anos (o peso destas categorias sofreu uma subida de 3,4 pontos percentuais entre 2010 e 2017).

Figura 6 - Jovens internados em centros educativos, segundo o escalão etário



Esta subida é compensada, pela diminuição de 3,4 pontos percentuais no peso da categoria correspondente ao escalão etário dos 18 e mais anos.

Notas de rodapé

¹ Não inclui reclusos militares.

² No Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) já é possível consultar a partir do ano 2013 o número de reclusos condenados existentes em 31 de dezembro por crimes contra o estado. Contudo, nesta análise optou-se por considerá-lo em “outros crimes” para assegurar a mesma série histórica dos anos anteriores.

Ficha técnica:

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, tem por missão prestar apoio técnico, acompanhar e monitorizar políticas, assegurar o planeamento estratégico e a coordenação das relações externas e de cooperação, sendo ainda responsável pela informação estatística do sector da Justiça.

A Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, define as bases gerais, as linhas orientadoras e os princípios por que se rege o Sistema Estatístico Nacional (SEN), nomeadamente no que respeita à delegação de competências do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), IP noutras entidades.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, foi celebrado o protocolo pelo qual são delegadas na DGPJ competências do INE para a produção e a difusão de estatísticas oficiais da Justiça.

Como entidade delegada, a DGPJ fica sujeita ao cumprimento, na parte relevante, da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, do Decreto-Lei n.º 166/2007, de 3 de maio, assim como das normas estabelecidas na legislação comunitária, adotando o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Regulamento de Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico do INE.

Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
Av. D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3
1990-097 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 217 924 000
Fax: +351 217 924 090
E-mail: correio@dgpj.mj.pt
<http://www.dgpj.mj.pt>